

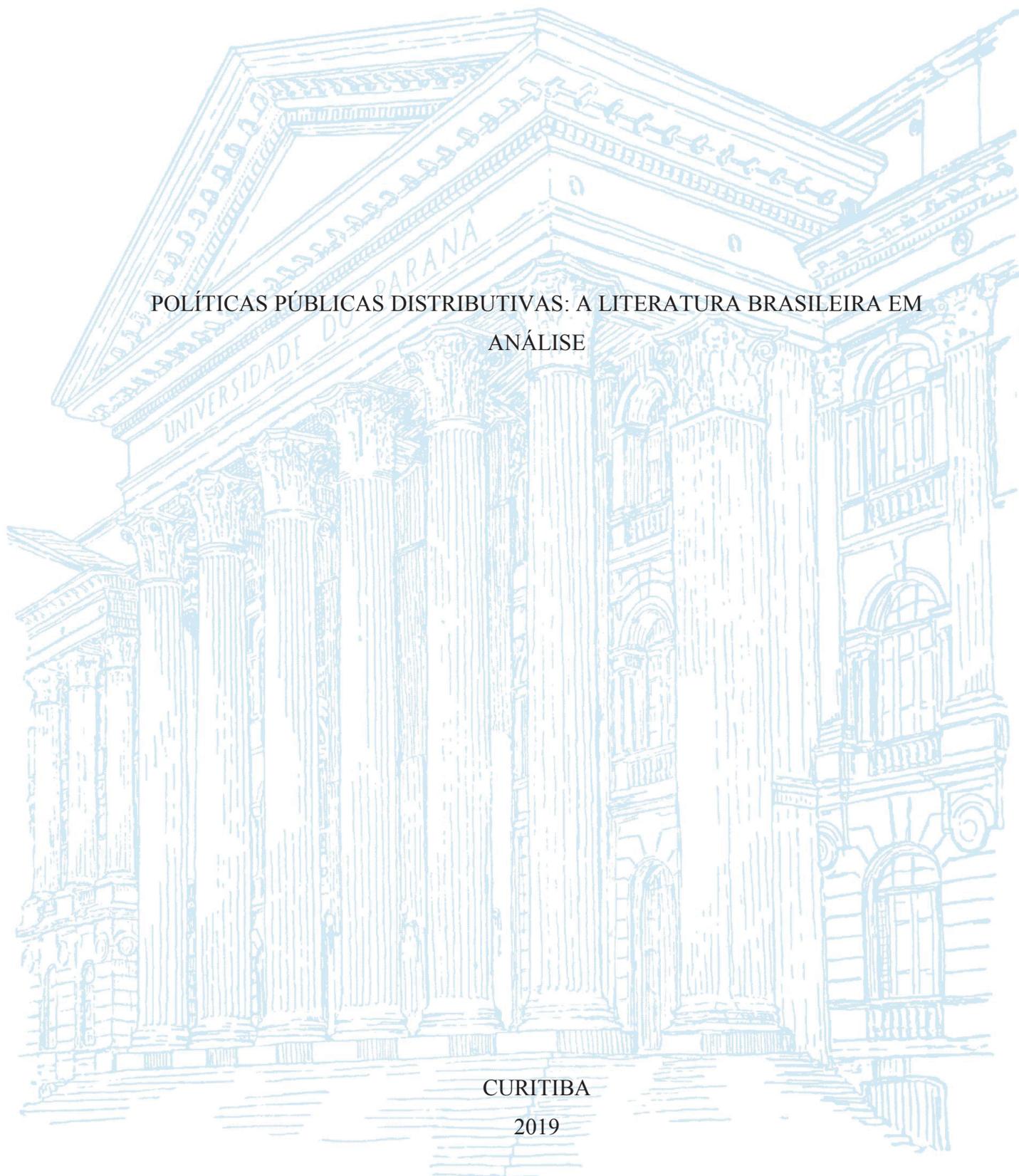
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PATRÍCIA SENE DE ALMEIDA

POLÍTICAS PÚBLICAS DISTRIBUTIVAS: A LITERATURA BRASILEIRA EM
ANÁLISE

CURITIBA

2019



PATRÍCIA SENE DE ALMEIDA

POLÍTICAS PÚBLICAS DISTRIBUTIVAS: A LITERATURA BRASILEIRA EM
ANÁLISE

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Sociologia Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa.

Coorientadora: Profa. Dra. Samira Kauchakje.

CURITIBA

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

PATRÍCIA SENE DE ALMEIDA

POLÍTICAS PÚBLICAS DISTRIBUTIVAS: A LITERATURA BRASILEIRA EM ANÁLISE

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Sociologia Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Sociologia Política.

Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa

Orientador – Departamento de Ciência Política, UFPR

Profa. Dra. Samira Kauchakje

Coorientadora – Departamento de Governança Pública, UDESC

Prof(a). Dr(a)/Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Curitiba, 30 de outubro de 2019.

Dedico a Jane, Gilmar e Rafael Almeida.

Dedico a Daimom Teixeira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Paraná pela concessão de bolsa parcial que me permitiu assegurar condições para cursar a Especialização em Sociologia Política.

Agradeço à minha coorientadora e ao meu orientador pela disponibilidade, atenção e dedicação. De modo especial, à Profa. Dra. Samira Kauchakje, com quem tenho tido o prazer e a honra de partilhar e construir conhecimento por meio da pesquisa há alguns anos.

Agradeço aos professores e professoras pela partilha de saberes que muito agregaram à minha formação acadêmica.

Agradeço às e aos membros do LaPre (Laboratório de Pesquisa em Política: representação e relações intergovernamentais) PUCPR pelas contribuições acadêmicas.

Agradeço aos colegas pela amizade construída e pelos momentos e conhecimentos compartilhados durante a Especialização – especialmente à Luan Bremer, Giovanna Calabresi e Lucas Silva.

Agradeço aos meus pais, Jane e Gilmar Almeida, e a meu irmão, Rafael, pelo constante incentivo, cuidado e amor durante o período da Especialização.

Agradeço ao meu namorado Daimom Teixeira que, além de incentivar, me acompanhou em todas as manhãs de sábado até a Universidade, sempre dividindo momentos, cafés e boas conversas.

“Esta é uma das significativas vantagens dos seres humanos – a de se terem tornado capazes de ir mais além de seus condicionantes” (FREIRE, 2018, p. 27).

RESUMO

Política distributiva é um tipo de política pública que tem como característica a distribuição concentrada de benefícios cujos custos sejam difusos. Literaturas internacionais têm apontado que esse tipo de política pública se direciona ao estabelecimento da conexão eleitoral, orientando o comportamento parlamentar na arena eleitoral e na arena legislativa. As premissas sustentam que a distribuição de benefícios por meio das políticas distributivas ocorre estrategicamente em territórios coincidentes com o distrito eleitoral de representantes do poder Executivo e do poder Legislativo. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo identificar como a literatura brasileira estuda a política pública distributiva, mapeando sua estrutura no campo científico das Ciências Sociais. Por meio de análises bibliométricas e revisão sistemática da literatura publicada na base *Scopus*, análises através dos *softwares Vosviewer* e *StArt* identificaram que a literatura brasileira sobre políticas distributivas i) apresenta um padrão de variação de publicações, sendo recorrentes em anos específicos (entre 2001 e 2003, 2011 e 2017), baixas em alguns (2004 a 2010, 2012 a 2016, 2018) e nulas em outros (entre 1998 e 2000, 2006 e 2008); ii) as palavras-chave das publicações se referem a dimensões do sistema político e “federalism” é a de destaque (seguida por “budget amendments”, “legislative behavior”, “public policie” e “elections”); iii) o funcionamento do sistema político e o comportamento legislativo orientado por interesses eleitorais centralizam o debate teórico acerca das políticas distributivas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Políticas Distributivas. Bibliometria. Revisão Sistemática. Processo decisório.

ABSTRACT

Distributive policy is a type of public policy that has the concentrated distribution of benefits whose costs are diffuse. International literature has pointed out that this kind of public policy is directed towards establishing the electoral connection, guiding parliamentary behavior in the electoral arena and in the legislative arena. The assumptions hold that the distribution of benefits through distributive policies occurs strategically in territories coincident with the electoral district of representatives of the executive and legislative branches. In this context, this research aims to identify how Brazilian literature studies distributive public policy, mapping its structure in the scientific field of Social Sciences. Through bibliometric analysis and systematic review of the literature published in the Scopus database, analyzes using the software Vosviewer and StArt identified that the Brazilian literature on distributive policies i) presents a pattern of variation of publications, being recurrent in specific years (between 2001 and 2003), 2011 and 2017), low in some (2004 to 2010, 2012 to 2016, 2018) and nil in others (between 1998 and 2000, 2006 and 2008); ii) the keywords of the publications refer to dimensions of the political system and “federalism” is the highlight (followed by “budget changes”, “legislative behavior”, “public policie” and “elections”); iii) the functioning of the political system and legislative behavior guided by electoral interests centralize the theoretical debate about distributive policies.

Keywords: Public Policy. Distributive Policies. Bibliometrics. Systematic Review. Decision Making.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PROTOCOLO DE BUSCA REALIZADO NA BASE <i>SCOPUS</i>	31
FIGURA 2 – MAPA DE ACOPLAMENTO BIBLIOGRÁFICO ENTRE OBRAS CITADAS NO MÍNIMO 5 VEZES. A REDE É COMPOSTA POR 3 CLUSTERS	38
FIGURA 3 – MAPA DE CITAÇÃO ENTRE AUTORES QUE FORAM CITADOS NO MÍNIMO EM DOIS DOCUMENTOS. A REDE É COMPOSTA POR 3 CLUSTERS.	39
FIGURA 4 – MAPA DE CO-OCORRÊNCIA DE PALAVRAS-CHAVE CITADAS NO MÍNIMO 2 VEZES ENTRE 55 ARTIGOS. A REDE FORMOU 7 CLUSTERS.	40

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ARTIGOS SOBRE POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS PUBLICADOS POR ANO NA BASE SCOPUS.	37
GRÁFICO 2 – QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES DE ARTIGOS POR PERIÓDICO INDEXADO NA BASE SCOPUS.....	41
GRÁFICO 3 – PUBLICAÇÕES DE ARTIGOS POR UNIVERSIDADE QUE PESQUISA POLÍTICAS PÚBLICAS DISTRIBUTIVAS.....	42

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - TIPOS DE ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E SUAS RELAÇÕES.....	29
QUADRO 2 - ESTRUTURA DE OBJETIVO DA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	33

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - FILTROS DE SELEÇÃO DA BUSCA DE DADOS APLICADOS NA BASE <i>SCOPUS</i>	30
TABELA 2 - CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO PARA REVISÃO SISTEMÁTICA	33
TABELA 3 - TEXTOS SELECIONADOS PARA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 A DIMENSÃO POLÍTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	18
2.1 O MODELO DISTRIBUTIVO DE POLÍTICA PÚBLICA	22
3 POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS EM ANÁLISE: BIBLIOMETRIA E REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA COMO MÉTODOS DE PESQUISA	27
3.1 A BIBLIOMETRIA COMO MÉTODO	28
3.2 A REVISÃO SISTEMÁTICA COMO MÉTODO.....	32
4 POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS: LITERATURA BRASILEIRA EM ANÁLISE	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

Em regimes democráticos o sistema político é participativo e representativo, com forte relação entre governo e sociedade civil nos processos decisórios (DAHL, 1981; CHEIBUB; PRZEWORSKI, 1997). Sobretudo no Brasil, esta relação evidencia-se pelas circunstâncias do sistema político eleitoral, caracterizado pelo incentivo ao voto personalista e aproximação entre eleitoras (es) e legisladoras (es) nas decisões políticas (RICCI, 2003; NICOLAU, 2004).

De acordo com Downs (1999), a principal finalidade desses regimes é assegurar a reeleição para perpetuar um governo específico no poder. Assim, a ordenação das ações institucionais pretende estabelecer algum tipo de conexão eleitoral¹, priorizando políticas públicas que acompanhem os interesses expressos pelos distritos eleitorais – uma vez que a permanência de um governo no poder nas democracias dependa necessariamente do apoio popular (LEMOS, 2001; RICCI, 2002, 2006; ALMEIDA; LOPEZ, 2012).

Tendo em vista que “por cada política pública é provável que haja um tipo distinto de comportamento político” (RICCI, 2002, p. 114), nota-se que a racionalidade do legislativo, assim como as estruturas político-institucionais, os recursos disponíveis e a capacidade dos governos locais em distribuir estes recursos a grupos específicos, de forma previsível e ordenada, importam para influenciar a decisão parlamentar.

Nesse contexto, as políticas distributivas, ou políticas *pork barrel*, correspondem aos tipos de políticas públicas que “buscam dispensar benefícios concentrados no distrito de eleição [...] cujos custos recaem, de forma imperceptível, sobre a sociedade como um todo” (RICCI, 2003, p. 700), sendo o meio pelo qual os (as) agentes políticos orientariam suas ações com base nas predileções expressas por seus eleitorados, concentrando recursos e benefícios que são superiores aos seus respectivos custos/investimentos.

Debates nas literaturas internacionais têm apontado que a preferência por políticas distributivas e práticas *pork barrel* está condicionada a especificidades políticas, territoriais e econômicas, sobretudo aos processos decisórios políticos e seus sistemas eleitorais, que levam em conta dinâmicas do jogo do poder. No cenário brasileiro, estudos sobre políticas distributivas demonstram-se associados a tais especificidades, mas muito mais vinculados a questões econômicas, administrativas e orçamentárias. Diante disso, o interesse desta pesquisa

¹ Essa discussão também é objeto de pesquisa de Pós-Graduação da autora. Assim, versões semelhantes e correlatas ao problema de pesquisa aqui abordado poderão ser encontradas em Anais do 43º Encontro Anual da Anpocs (2019) e em trabalhos futuros.

está em analisar como a literatura brasileira vêm tratando a política distributiva, identificando a estruturação deste campo do conhecimento na área específica das Ciências Sociais.

Para tanto, utilizaremos o método de análise bibliométrica e a revisão sistemática da literatura, que permitirão o mapeamento conceitual, a relação entre autores (as) e teorias e a identificação da estrutura bibliográfica acerca das políticas públicas distributivas no Brasil.

O trabalho está estruturado em três seções. Na primeira, a partir de revisão narrativa² da literatura, serão discutidos os conceitos de política pública em sua abordagem política, que se referem à dinâmica dos processos de decisão; e as políticas distributivas conforme literaturas internacionais, entendidas como tipos de políticas públicas orientadas ao funcionamento político.

Na segunda seção serão explicitadas as etapas metodológicas empregadas para as análises bibliométricas e revisão sistemática da literatura, cujos resultados serão apresentados e discutidos na terceira seção.

A argumentação desenvolvida é a de que, sendo as políticas públicas distributivas resultados de processos de decisão governamental, que envolvem jogo de interesse político-eleitoral, a literatura sobre esse tipo de política pública contribui para a análise e compreensão do funcionamento do sistema político.

² As distinções entre revisão narrativa e revisão sistemática da literatura estarão apresentadas na segunda seção quando tratados os métodos de pesquisa.

2 A DIMENSÃO POLÍTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Análises recentes no campo das políticas públicas têm as evidenciado enquanto produtos resultantes dos processos políticos e sociais que se desenvolvem a partir de relações conflituosas de poder. Para além das abordagens que as enfocam como mecanismos de intervenção técnica ou administrativa em dada realidade social, as vertentes às quais deslocamos nossa atenção se referem ao exame da política pública como o resultado dos processos racionais de decisão governamental, que expressam intencionalidades, valorações e ideologias daquelas (es) que participam do “jogo do poder” político (LINDBLOM, 1981; DAHL, 1981; SOUZA, 2006; BONETI, 2011; TORRENS, 2013; MARQUES, 2018).

Por “jogo do poder” entende-se as negociações entre agentes e atores sociais que têm a finalidade de influenciar ou exercer alguma participação na divisão do poder político, de modo que seus múltiplos interesses sejam colocados em pauta e possam vir a ser considerados nos processos de decisão públicos (LINDBLOM, 1981).

De acordo com Procopiuck (2013, p. 138), dentre os atores e agentes que compõem essa relação estão “vários grupos de profissionais e interessados na resolução de problemas sociais”. A política pública, assim, é formulada a partir de intermediações entre a sociedade civil organizada e o governo em suas atividades legislativas representantes – com destaque aos profissionais envolvidos em atividades da administração pública, pesquisadores e políticos.

“Em todos os sistemas políticos nacionais os formuladores de políticas ativas representam uma pequena proporção da população adulta. Dado o controle que exercem sobre o processo de decisão política, são uma elite, composta de autoridades executivas, ministros, congressistas, altos funcionários públicos, funcionários importantes do Poder Judiciário [...] comandantes militares [...] chefes políticos e dirigentes partidários que compartilham com as autoridades do Governo a responsabilidade pela decisão sobre políticas” (LINDBLOM, 1981, p. 39).

Políticas públicas vão além de seus processos técnicos de operacionalização: implementação, execução e avaliação. São, antes de tudo, reflexos das relações políticas, econômicas e sociais que se estabelecem no cotidiano nacional, estadual e/ou local, apresentando-se como projetos e programas legislativos vinculadas e dependentes das decisões governamentais que perpassam as diversas esferas do jogo do poder político – seleção, debate burocrático e decisão.

Diante de tal complexidade, as políticas públicas têm sido analisadas sob duas óticas fundamentais: em sua ênfase na solução de problemas públicos e em sua intencionalidade, que está diretamente relacionada aos interesses e conflitos políticos que permeiam sua

elaboração (SOUZA, 2003; SECCHI, 2013). No primeiro caso, a política pública traduz-se em projetos e programas governamentais que, colocando o Estado em ação, visam a solucionar problemas emergentes de origem social e econômica. Nesse sentido, a política pública é entendida como o meio de intervenção em um contexto social com a finalidade de alterá-lo para uma perspectiva de futuro, modificando a realidade à qual se destina (BONETI, 2011). No segundo caso, a intencionalidade da política pública refere-se ao seu processo de elaboração, em que é destacada a decisão que antecede a ação estatal – e não o Estado em ação, relacionada ao posicionamento de atores e agentes diante do processo decisório que orienta a atividade do Estado (SECCHI, 2013).

Embora haja críticas sobre tais opções analíticas, o fato é que as

definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam nosso olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos [...] instituições, interações, ideologias e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa desses fatores (SOUZAa, 2003, p. 13).

É nesse sentido que grande parte da abordagem conceitual de políticas públicas se direciona a seu caráter político – com menor ênfase na ótica operacional de solução de problemas públicos, que não é menos importante.

O caráter político das políticas públicas refere-se ao impacto do funcionamento institucional do regime político em vigência na formulação e decisão sobre políticas. Aspectos “institucionais, relacionais e cognitivos” (MARQUES, 2013, p. 24) são fatores de relevância nessa análise. As características do regime político vigente, suas instituições sociais e políticas – que comportam os agentes e atores citados – e suas dinâmicas de funcionamento acabam por evidenciar as funções e tipologias de políticas públicas, tendo sempre em vista as relações que se estabelecem entre atores e agentes conforme seus interesses.

As democracias contemporâneas caracterizam-se, em maior ou menor medida, por sistemas políticos participativos e representativos, em que há forte interação entre governo – entendido enquanto aparato institucional – e sociedade civil nos processos decisórios (DAHL, 1981; CHEIBUB; PRZEWORSKI, 1997). Os aspectos participativos e representativos referem-se, por um lado, ao equilíbrio entre contestação e competição políticas, de modo que as instituições oportunizem e ampliem a representação da pluralidade de demandas expressas por civis (DAHL, 1981); e, por outro, à capacidade de organização destas demandas para que haja consenso sobre elas nos processos decisórios (LIJPHART, 2003).

De acordo com Dahl (1981) e Downs (1999), o processo eleitoral e as decisões políticas em democracias passam por cálculos racionais de custo-benefício que visam a

ordenar as ações governamentais de acordo com interesses específicos, seja economicamente, seja politicamente. Para além da racionalidade, Lindblom (1981) ainda destaca o papel do sistema eleitoral e partidário, da organização burocrática e dos grupos sociais e econômicos que interagem entre si tendo em vista trocas que beneficiem ambas as partes.

No caso das democracias, exemplos da referida racionalidade seriam a busca, dos partidos políticos, pela ocupação de cargos relevantes, pela reeleição ou pela barganha legislativa – que pode ocorrer por meio de tipos específicos de política pública.

As regras democráticas limitam as disputas entre os líderes políticos a formas mais moderadas, levando-os a buscar apoio mútuo mediante troca de favores, ou alianças que permitam a utilização comum de recursos e esforços promocionais (LINDBLOM, 1981, p. 51).

Nesse contexto, as políticas públicas apresentam distintas conceituações que levam em conta as perspectivas racional e institucional, constituindo sua dimensão política. Ricci (2002), Souza (2006), Marques (2013) e Kauchakje (2017), dentre outros autores e autoras – tais como Procopiuck (2013), enfatizam conceitos tradicionais da política pública, definidos por Laswell – política pública designa quem ganha o que, quando e como; David Easton – políticas públicas como um sistema resultante de ambientes e valores políticos e sociais; Thomas Dye – políticas públicas enquanto a escolha governamental do que será, e não será, feito; entre outros. Porém, para este momento, optamos por enfatizar abordagens conceituais mais recentes que, embora distintas, baseiam-se nos referidos conceitos consagrados pela literatura.

Em primeiro plano, admitir uma política pública enquanto processo político implica em realçar que ela “materializa avaliações, preferências, influências, contingências e obrigações do governo” (SILVA; KAUCHAKJE, 2018, p. 29) sobre o território e/ou setor à que se direciona, tendo em vista – ou não – a responsividade do Estado à sociedade nas demandas oriundas do contexto social.

Kauchakje (2017, p. 17) afirma que no cenário político, as políticas públicas são compreendidas como “um produto da tomada de decisão no âmbito do Estado”. Aqui, elas consistiriam em resultados das decisões políticas que representam a ação do Estado interferindo no contexto social.

De acordo com Secchi (2013, p. 1), as políticas públicas “tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”. São entendidas como instrumentos de orientação da decisão e da ação sobre problemas públicos, isto é, sobre situações consideradas inadequadas à coletividade.

Ainda que haja predomínio da ação pública sobre problemas sociais coletivos, o autor destaca que o governo não é a única entidade a realizar políticas públicas, ou mesmo atender às demandas e interesses populacionais. Atores do âmbito privado afetam esse processo ao participarem do “jogo do poder político”, reforçando o impacto das instituições políticas e sua racionalidade.

[...] não há uma relação direta entre o que os cidadãos desejam e as políticas que obtêm. A forma como as autoridades eleitas decidem as políticas a seguir depende da estrutura de regras, relações de autoridade, procedimentos e organização existentes entre os candidatos eleitos e a influência que exercem na política. [...] os formuladores de políticas ordinariamente promovem esses arranjos tendo em vista sua própria conveniência, e não a ampliação da eficácia do controle popular, muitos deles obstaculizam tal controle (LINDBLOM, 1981, p. 57).

Diante de tais aspectos se torna possível admitir as políticas públicas como “uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade” (DI GIOVANNI, 2009, p. 2). Nas interações estabelecidas entre tantos atores e agentes é que “se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal” (*idem*).

Para Souza (2006), as políticas públicas consistem em ferramentas de decisão governamental sobre problemas sociais, segundo as quais o que o governo faz ou deixa de fazer é analisado nos termos de suas proposições – partidárias, ideológicas, eleitorais –, que podem se traduzir em programas e ações de intervenção. Segundo esta autora, as políticas públicas estão sujeitas à autonomia relativa do Estado e suas competências/capacidades específicas, condicionadas ao arranjo institucional.

De acordo com Marques (2013, p. 24), as políticas públicas correspondem ao “conjunto de ações implementadas pelo Estado e pelas autoridades governamentais em sentido amplo [...] e, portanto, estudar políticas públicas é analisar por que e como o Estado age como age, dadas as condições que o cercam”.

Assim, assumimos as condições políticas que cercam a ação estatal como o foco de análise das políticas públicas: as instituições, os processos decisórios e, sobretudo, o sistema e as relações político-eleitoral. Isto, pois a política pública é fruto de “uma disputa de interesses pela apropriação de recursos públicos” (BONETI, 2011, p. 17) a serem destinados conforme os interesses postos no jogo do poder.

Os tipos de políticas públicas mais direcionadas ao contexto institucional e político-eleitoral são as políticas distributivas, caracterizadas por Lowi (1964)³ pela distribuição de benefícios diversificados aos vários interesses em pauta (RICCI, 2002). Devido à esta característica, essas políticas têm sido analisadas como elementos fundamentais das barganhas e demais negociações nos processos decisórios, especialmente no âmbito legislativo.

No Legislativo, uma política pública é sempre apresentada como elemento de barganha política para o fortalecimento de partidos e/ou eleitos, quer sejam deputados federais, estaduais, prefeitos ou vereadores. [...] guardam uma lógica de partilha de recursos públicos [...] de beneficiar grupos sociais específicos, regiões, municípios, etc. [...] no cômputo geral, são sempre beneficiados os segmentos sociais com maior força política no poder Legislativo e, certamente, com maior força financeira nos meandros da sociedade civil (BONETI, 2011, p. 50-51).

Utilizadas como estratégias no jogo do poder político, as políticas distributivas são as que mais refletem as arenas políticas eleitoral e legislativa. Diante de tais considerações, a análise de políticas públicas, especialmente distributivas, torna-se um recurso para a compreensão do funcionamento político.

2.1 O MODELO DISTRIBUTIVO DE POLÍTICA PÚBLICA

As políticas distributivas são tipos de políticas públicas que se caracterizam pela distribuição concentrada de benefícios e recursos públicos. Em geral, essas políticas estão fundamentalmente relacionadas ao funcionamento do sistema político, atuando como mecanismos de captura de ganhos previsíveis e ordenados a legisladores e eleitores (LEMOS, 2001).

Entendidas como tipos de políticas públicas que se direcionam estrategicamente, ainda que não unicamente, ao estabelecimento da conexão eleitoral, as políticas distributivas acabam sendo mais frequentes em ambientes políticos que incentivam o voto personalista e aproximam eleitores de legisladores (MAYHEW, 1974).

Basicamente, o modelo distributivista pressupõe que o ponto de partida analítico deve ser a motivação parlamentar. Como convém à interpretação racionalista, sua

³ Este autor ainda distingue os tipos de políticas públicas em redistributivas (políticas e projetos universais que visam alcançar a equidade por meio da redistribuição de renda), regulatórias (exercem controle sobre as atividades governamentais por meio de decretos e demais mecanismos jurídicos) e constitutivas (políticas procedimentais que estruturam as condições sob as quais serão formuladas as políticas públicas). Ver Lowi (1964), Frey (2000), Souza (2006), Ricci (2002) e Procopiuck (2013).

motivação e preferência é a da maximização eleitoral – reeleição. O Legislativo é um corpo que se caracteriza por escolhas coletivas e que tem como tarefa principal alocar benefícios em forma de políticas. Uma vez que os legisladores estão sujeitos a eleições periódicas, e o espaço eleitoral é o geográfico, a “conexão eleitoral” significa que todo membro do Congresso tem fortes incentivos para atender aos interesses específicos dos eleitores de sua região (LEMOS, 2001, p. 567).

O *pork barrel* é o tipo mais comum de política distributiva, que “visam premiar eleitores que votaram em um determinado político” (SILVA, 2011, p. 1). Parlamentares, desejando obter votos suficientes para assegurar sua reeleição, dispensam benefícios em áreas geográficas em que eleitores almejam o atendimento de demandas de seu interesse. Essa relação de troca de benefícios por votos denomina-se “conexão eleitoral” (MAYHEW, 1974), e é realizada, particularmente – ainda que não exclusivamente – pelas políticas públicas de caráter distributivo.

Literaturas internacionais têm demonstrado que a proposição de políticas públicas de caráter distributivo é dependente de fatores políticos relacionados às regras eleitorais e à dinâmica política local, apresentando um caráter prioritariamente orçamentário: distribuem e alocam fundos econômicos e/ou recursos federais a governos locais – seja em emendas ao orçamento, seja em programas e projetos públicos; e à grupos específicos em localidades – distritos eleitorais, grupos sociais, econômicos, setoriais entre outros (BERRY; BURDEN; HOWELL, 2010; BALLA; LAWRENCE; MALTZMAN; SIGELMAN, 2002; BICKERS; STEIN, 1996).

Os benefícios distribuídos pelas políticas públicas de caráter distributivo contemplam “uma multiplicidade de interesses que não dependem uns dos outros. Assim, verifica-se um jogo de interesse onde [...] incentiva-se a troca de favores e a formação de coalizões” (RICCI, 2002, p. 103). A motivação parlamentar, ao atender o contexto político-eleitoral, intensifica o jogo do poder trazendo alternância nas decisões sobre projetos distributivos: ora o parlamentar atende à demanda do eleitorado, ora demonstra preferência por políticas que avalia ser importantes futuramente, especialmente nas relações internas dos processos de decisão (LEMOS, 2001).

Geralmente, esse tipo de política pública se traduz em projetos de pouca magnitude, não programáticos, correspondentes a políticas que impactam o cotidiano. Segundo Dixit e Londregan (1996), se trata de benefícios econômicos materiais, tais como subsídios tarifários para a construção de obras públicas em localidades específicas. Stratmann e Baur (2002) concordam e enfatizam obras infra estruturais como exemplos relevantes.

Lancaster e Patterson (2002), além de políticas de benefícios materiais, destacam a reivindicação de crédito para projetos como tipo próprio de políticas públicas distributivas. A afirmativa é a de que a ação legislativa para a destinação de benefícios materiais implica uma condição fiscal anterior, que por sua vez, está condicionada a fatores de ordem política e institucional. Assim, é possível que a política distributiva esteja mais consolidada em proposições ao orçamento do que diretamente em obras, pois a alocação de recursos para propor obras públicas antecede a execução material do benefício.

Nesse mesmo sentido, Silva (2011) aponta que as emendas ao orçamento podem ser mais relevantes para a obtenção de votos ao legislador do que políticas *pork barrel*, pois as regras eleitorais e políticas locais podem se apresentar como fatores de desincentivo aos legisladores na proposição de projetos distributivos.

Os ganhos relativos às políticas distributivas correspondem, para o legislador, aos votos recebidos de seu distrito de eleição no período eleitoral; e para o eleitor, aos benefícios territoriais/locais distribuídos pelo legislador que atendeu à necessidade/demanda expressa. Nesse aspecto, os ganhos previsíveis e ordenados trazidos pelo modelo distributivo de política pública, segundo Bickers e Stein (1996), estão sujeitos a duas condições específicas: às necessidades expressas por distritos eleitorais e à atenção que eleitores que compõem esses distritos prestam ao ciclo eleitoral.

Os distritos eleitorais são compostos pelos denominados eleitores “de massa” e eleitores “atentos”. Os primeiros corresponderiam àqueles que prestam menor atenção ao jogo do poder político e ao ciclo eleitoral, seguindo padrões gerais de comportamento eleitoral; os segundos, aos que acompanham os processos de decisão políticos e dão maior atenção à atividade eleitoral e legislativa, preferindo apoiar legisladores que se comportam positivamente às suas preferências (BICKERS; STEIN, 1996).

Desta forma, o direcionamento de recursos legislativos à distritos de eleitores atentos apresentaria maiores ganhos tanto a parlamentares quanto a eleitores: eleitores teriam suas necessidades e demandas atendidas por um parlamentar; parlamentares, sendo reconhecidos pelos eleitores pelo atendimento realizado, aumentariam suas chances de obter reeleição. Portanto, as políticas distributivas tendem a apresentar maior impacto em distritos eleitorais atentos, sendo menos relevantes em distritos de eleitores de massa (BICKERS; STEIN, 1996).

Dixit e Londregan (1996) corroboram com essa lógica ao defenderem que as políticas distributivas, quando direcionadas aos distritos eleitorais, estão sujeitas à disposição do eleitor local em comprometer suas afinidades partidárias em função do benefício

distributivo. Tal fato sugere que a motivação eleitoral parlamentar é dependente da organização do distrito eleitoral na expressão de suas demandas.

Nesse cenário, a política pública distributiva demonstra dois impactos específicos: sobre o distrito eleitoral – tendo em vista a interdependência entre eleitores e legisladores no sistema político-eleitoral; e sobre grupos específicos dentro do contexto ao qual se destina

Dada a influência da dinâmica político-eleitoral e do jogo do poder político, as políticas distributivas acabam por distribuir benefícios de forma desigual, obedecendo às distintas predileções expressas pelos diversos grupos e distritos às quais se direciona (BERRY; BURDEN; HOWELL, 2010). A tendência é a de que distritos compostos por eleitores atentos demonstrem com maior frequência e organização suas preferências e interesses; parlamentares, buscando atendê-los, tendem a orientar seu comportamento legislativo para projetos/políticas distributivos a estes eleitores.

Todavia, é importante ressaltar que “os legisladores não agem somente respondendo a pressões e a interesses específicos de públicos atentos, mas frequentemente antecipam políticas que, avaliam, podem tornar-se importantes no futuro – as preferências potenciais” (LE MOS, 2001, p. 569). Nesse ponto, a política distributiva atua como instrumento de cooperação interna ao parlamento, oferecendo a troca de apoio mútuo para uma futura distribuição de recursos territoriais.

Dentre as perspectivas já mencionadas – distritos eleitorais e funcionamento do sistema político –, as políticas públicas de caráter distributivo também estão associadas ao quanto um parlamentar conhece – ou está disposto a conhecer – os grupos locais que os cercam. Quanto mais um parlamentar conhece determinada região ou determinado grupo, sobretudo em termos de seus interesses, maior tende a ser a sua eficiência na distribuição de recursos que lhes tragam retorno eleitoral (DIXIT; LONDREGAN, 1996).

Embora a literatura indique que a política pública de caráter distributivo tenha como objetivo o estabelecimento da conexão eleitoral, é importante destacar que nem sempre ela se dispõe a esse aspecto. As políticas distributivas direcionadas à distritos de eleição do legislador são tidas como políticas “paroquialistas”, isto é, políticas que visam a premiar eleitores que retribuem voto. Políticas distributivas do tipo “comuns” são aquelas que dispensam distintos benefícios em distintos grupos e/ou localidades visando a atingir – ou mesmo atrair, distintos eleitorados.

No caso específico do Brasil, dado o sistema político eleitoral caracterizado por uma estrutura que incentiva o voto personalista (NICOLAU, 2004), a tendência é a de que prevaleçam políticas distributivas paroquiais nas decisões parlamentares. Lemos (2001), Ricci

(2002, 2003) e Silva (2011) refutaram essa hipótese demonstrando que outros aspectos políticos importam e atuam como desincentivo. Assim, faz-se necessário analisar a estrutura desse debate na literatura brasileira.

3 POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS EM ANÁLISE: BIBLIOMETRIA E REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA COMO MÉTODOS DE PESQUISA

Revisões sistemáticas e análises bibliométricas têm sido cada vez mais utilizadas como métodos de pesquisa nas Ciências Humanas – e especialmente, nas Ciências Sociais. A preocupação dessas análises está em tornar os campos do conhecimento mais organizados, consolidados e “científicos”, tendo em vista que seus objetivos são avaliar, sintetizar e organizar a literatura sobre determinado tema teórico por meio de métodos para busca e análise bibliográfica.

O uso de tais métodos surge a partir de críticas à cientificidade das Ciências Humanas e Sociais uma vez que as revisões narrativas da literatura predominam na consolidação do conhecimento científico. Desta forma, análises bibliométricas e revisões sistemáticas têm sido utilizadas para identificar redes de conceitos e autorias e estruturação de debates teóricos ao longo do tempo.

Análises bibliométricas e revisões sistemáticas contam com etapas metodológicas que visam a tornar explícitas e replicáveis pesquisas bibliográficas, diminuindo – ou mesmo, extinguindo – vieses teóricos e ampliando parâmetros de cientificidade. A primeira etapa para ambas as análises consiste na definição do problema de pesquisa teórico e na elaboração do protocolo de pesquisa, que é o detalhamento das buscas realizadas a partir dos procedimentos empregados. A partir deste, as análises seguem procedimentos metodológicos que lhes são específicos – que serão detalhados nos itens 3.1 e 3.2.

No caso desta pesquisa, a problematização abordada é oriunda das literaturas internacionais discutidas na seção anterior, que demonstram que o debate acerca das políticas distributivas se estrutura a partir das relações políticas que envolvem sua elaboração, com destaque ao funcionamento do sistema político. Nesse sentido, o objetivo das análises que seguem é avaliar e identificar elementos das relações políticas que norteiam o debate teórico sobre as políticas públicas distributivas na literatura brasileira; também, averiguar como este debate tem sido estruturado ao longo do tempo.

3.1 A BIBLIOMETRIA COMO MÉTODO

A análise bibliométrica consiste em um método de pesquisa que realiza análises métricas para a busca de padrões estatísticos de produções científicas. De maneira geral, essa análise procura mensurar o impacto de publicações, citações, autores (as), periódicos e palavras-chave – e/ou outros aspectos considerados pertinentes – no âmbito científico a fim de medir e/ou explorar a comunicação científica em uma área de estudos específica (SILUO; YUAN; YU, 2017).

Relativamente recente nas Ciências Humanas, esse método tem como objetivo analisar a produção científica de modo a identificar relações entre documentos bibliográficos, teorias, autores, instituições, periódicos e demais aspectos dessa produção. Especificamente, apresenta dois objetivos: i) “analisar o tamanho (extensão), crescimento e distribuição da bibliografia; ii) estudar a estrutura social dos grupos que produzem e utilizam a literatura científica” (LIMA, 1986).

Uma vez que mapeia as produções mais significativas em determinada área do conhecimento, a bibliometria é utilizada tanto para que estudiosos conheçam a literatura – identificando pontos de partida que os levem para estudos avançados, indicando autores (as), periódicos e linhas de pesquisa principais; quanto para o aprofundamento de um estudo de conhecimento consolidado, avaliando quantitativamente o que e como vem sendo produzido acadêmica e teoricamente.

Literaturas recentes têm demonstrado que uma bibliometria inclui três tipos de análise – sintetizadas no Quadro 1: descritiva, avaliativa e relacional, sendo que cada uma delas pode ser realizada de maneira isolada ou conjunta. A análise bibliométrica descritiva corresponde às medidas da produção científica que focam no mapeamento de periódicos, livros e demais documentos bibliográficos comunicados ao ambiente acadêmico. Análises bibliométricas avaliativas correspondem às que se voltam para aspectos referenciais e de citações em pesquisas. Já as análises relacionais referem-se às que cruzam as análises anteriores a fim de estruturar o campo de pesquisa, demonstrando padrões de autoria e conceitos⁴ (HAYASHI, 2012).

⁴ Essa discussão, dentre outros fatores, está presente em estudos realizados pelo LaPre (Laboratório de Pesquisa em Política: representação e relações intergovernamentais) PUCPR. Assim, versões semelhantes poderão ser encontradas em trabalhos futuros, especialmente na dissertação da Mestranda Aline do Rocio Neves (PPGDH-PUCPR).

QUADRO 1 - TIPOS DE ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E SUAS RELAÇÕES

Análise	Medida	Associação
Descritiva	Documentos bibliográficos comunicados em ambiente acadêmico: periódicos, livros e artigos – entre outros	Instituições, países, áreas do conhecimento, linguagem
Avaliativa	Referências e citações entre os documentos bibliográficos	Cocitação entre autores, acoplamento bibliográfico
Relacional	Relações entre autoria-conceito, autoria-periódico, autoria-país, autoria-documento bibliográfico, autoria-documento-ano de publicação – entre outros	Cruzamento de dados a partir das análises descritiva e avaliativa

FONTE: A autora (2019), adaptado de Hayashi (2012).

Geralmente, análises bibliométricas antecedem revisões sistemáticas e atuam como instrumentos auxiliares para a avaliação bibliográfica de determinado conceito. Dentre suas etapas metodológicas, a primeira consiste na busca bibliográfica em bases indexadoras; no caso desta pesquisa, a base selecionada fora a *Scopus*, que é a base com a maior indexação de periódicos acadêmicos.

A partir do conhecimento prévio da literatura foram elencados termos de busca que construíram a *string* aplicada (“distributive poli*” OR “pork barrel”). Geralmente, a aplicação da busca é realizada nos campos “*title, abstract e keywords*” da base, pois, se os termos não aparecerem nesses campos é provável que o artigo buscado não trate do assunto. Entretanto, algumas peculiaridades da literatura brasileira exigiram que a busca fosse realizada no campo “*all*” da base, que engloba todos os campos do artigo e não se limita ao título, resumo e palavras-chave.

De acordo com Volpato (2015) as publicações brasileiras apresentam baixo impacto no cenário internacional devido a “falhas de redação científica [e] falhas de pensamento sobre a ciência” (p. 4), que se refletem na má definição de conceitos e termos elencados nos títulos e palavras-chave de artigos. Desta forma, nem sempre estes campos definem o assunto específico tratado naquele documento – caso frequente em artigos sobre política distributiva, em que os títulos de artigos nem sempre usam o termo.

Outra peculiaridade refere-se ao uso do termo *pork barrel* pela literatura brasileira. Pesquisas em desenvolvimento⁵ têm demonstrado que a literatura internacional utiliza com maior frequência a palavra “*pork*”, sendo que quando se usa a junção do termo “*barrel*” a busca torna-se limitada, enfocando de modo direto o *pork barrel* enquanto prática e não exatamente enquanto política pública distributiva.

Dadas essas condições, a melhor opção metodológica para as análises na literatura brasileira foi buscar os termos em todos os campos do artigo, não limitando apenas ao título, resumo e palavras-chave; usar o booleano OR devido a muitos textos tratarem políticas distributivas e *pork barrel* como sinônimos. A *string* aplicada – ALL(“distributive poli*” OR “pork barrel”) – demonstrou resultados amplos que foram refinados a partir de filtros de busca na base.

TABELA 1 - FILTROS DE SELEÇÃO DA BUSCA DE DADOS APLICADOS NA BASE SCOPUS

<i>Foram selecionados</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Documentos inseridos na base indexadora de dados <i>Scopus</i>; • Apenas artigos acadêmicos; • Artigos cujos termos da <i>string</i> aparecem em qualquer campo do documento; • Apenas artigos da área de Ciências Sociais; • Apenas artigos publicados na língua Portuguesa; • Artigos publicados em todos os anos disponíveis na base.

Fonte: a autora (2019), a partir da base *Scopus*.

A escolha por artigos acadêmicos justifica-se pelo fluxo e estruturação de conhecimento disponibilizados neste formato; a área de Ciências Sociais e a língua portuguesa pela especificidade que apresentam no debate, considerando que o predomínio de estudos de política distributiva e/ou *pork barrel* concentram-se nas áreas de Economia e Administração Pública e têm autoria internacional. A não filtragem por anos de publicação considera o objetivo estabelecido, pois para que se identifique a estrutura do debate conceitual é necessário que se acompanhe o longo do tempo.

Após a aplicação dos filtros foi elaborado o protocolo de busca (Figura 2), que sintetiza e explicita as etapas realizadas e os resultados obtidos. Os 55 artigos resultantes da busca na base indexadora foram transferidos para o *software Vosviewer*, que é um instrumento para

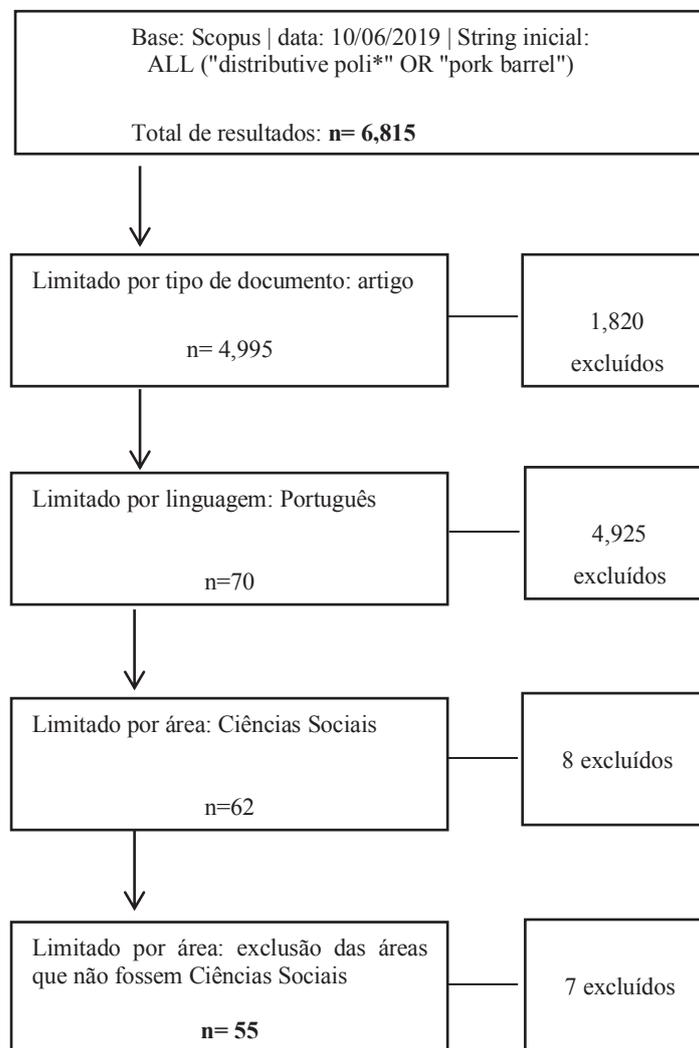
⁵ A autora está desenvolvendo outras pesquisas sobre políticas públicas distributivas no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PUCPR).

análises bibliométricas. Neste *software* foram realizadas análises bibliométricas avaliativas e relacionais:

- i) Cocitação entre autores;
- ii) Co-ocorrência de palavras-chave;
- iii) Correlações entre obras publicadas.

Análises descritivas foram oriundas de dados de frequência fornecidos pela própria base de dados. Os resultados serão apresentados na seção 4 seguinte.

FIGURA 1 – PROTOCOLO DE BUSCA REALIZADO NA BASE *SCOPUS*



FONTE: a autora (2019), a partir da base indexadora *Scopus*.

LEGENDA: diagrama síntese das etapas de seleção de dados para análise bibliométrica e revisão sistemática da literatura. Cada limitação/etapa representa um filtro aplicado na base indexadora, os resultados obtidos e o número de textos excluídos a cada filtro. Ainda que com a limitação/filtragem direcionada à área de interesse (Ciências Sociais), a base indexadora continua apresentando textos correlatos, que originalmente são de outras áreas; assim, é necessária a exclusão daquelas áreas que não são de interesse da pesquisa, por mais que já se tenha limitado à de interesse (fator que justifica duas limitações de área distintas no protocolo/diagrama).

3.2 A REVISÃO SISTEMÁTICA COMO MÉTODO

Revisões sistemáticas são tipos de revisões da literatura que tem como objetivo principal sintetizar o “atual *status* do conhecimento sobre um determinado problema de pesquisa, tornando desnecessária a consulta sistemática a trabalhos mais antigos” (FILHO et al., 2014, p. 207). Diferentemente das revisões narrativas, as sistemáticas apresentam estratégias explícitas de seleção bibliográfica, visando a garantir diminuição de viés teórico e replicabilidade metodológica a partir de critérios.

Em geral, as revisões sistemáticas são voltadas para problemas teóricos de pesquisa e estão preocupadas com a organização sistemática de debates, argumentos e conceitos apresentados por distintos autores e textos de áreas específicas. Enquanto a revisão narrativa volta-se mais a um balanço da literatura, respondendo a uma questão ampla, sem métodos para a seleção de textos e autores (as) ou análise destes – portanto, enviesada –, a revisão sistemática dedica-se a organizar o conhecimento a partir de questões bastante específicas, direcionadas e regradas por “critérios adotados [que] são divulgados de modo que outros pesquisadores possam repetir o procedimento” (GALVÃO; PEREIRA, 2014, p. 183) – tanto para seleção de textos quanto de suas análises.

O primeiro procedimento metodológico da revisão sistemática é a definição da *string* e do protocolo de busca. Uma vez que nesta pesquisa foram realizadas análises bibliométricas anteriores, *string* e protocolos já estão definidos e explicitados. O tratamento dos dados, entretanto, seguem cursos diferentes.

Após a definição do protocolo, os 55 textos resultantes da busca foram ordenados por citação – do mais para o menos citado – e transferidos para o *software StArt*, ferramenta de operacionalização da revisão sistemática. Para melhor organização das etapas e do objetivo da revisão, o *software* exige que sejam explicitados o objetivo central da revisão sistemática e a questão(es) secundária(s) que o sustenta – no nosso caso, a identificação dos elementos que estruturam o debate teórico sobre políticas distributivas na literatura brasileira e as dimensões do funcionamento político que orientam esse debate. A estrutura de objetivos está sintetizada no Quadro 2.

QUADRO 2 - ESTRUTURA DE OBJETIVO DA REVISÃO SISTEMÁTICA

Objetivo	Identificar elementos que norteiam o debate teórico sobre políticas distributivas na literatura brasileira
Questão Secundária	Quais dimensões políticas orientam o debate sobre políticas distributivas na literatura brasileira?

FONTE: A autora (2019).

A fim de direcionar a leitura e análise ao objetivo estabelecido, os resumos dos 55 textos previamente selecionados foram lidos e analisados a partir de critérios de inclusão e exclusão (Tabela 2). Tais critérios oferecem uma nova filtragem dos textos, levando à seleção daqueles que serão revisados sistematicamente.

TABELA 2 - CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO PARA REVISÃO SISTEMÁTICA

<i>Inclusão</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Artigos que alcançaram o h-index da base indexadora, estando entre os mais citados; • Assunto trata de política distributiva; • Assunto trata de pork barrel; • Assunto trata de comportamento legislativo; • Assunto trata de questão orçamentária.
<i>Exclusão</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Não alcança o h-index da base indexadora; • Assunto trata de clientelismo, isto é, do uso de bens privados para conexão eleitoral; • Assunto não está diretamente relacionado à política distributiva e pork barrel;

FONTE: A autora (2019).

Os critérios de inclusão justificam-se pela particularidade do tema e da literatura brasileira sobre o tema. Considerando a já discutida má definição conceitual de termos em artigos científicos, a literatura sobre política distributiva apresenta textos que têm foco no comportamento legislativo e nas emendas ao orçamento, por exemplo, mas que estão analisando a distribuição de recursos e benefícios. Portanto, incluir artigos cujo assunto trata de temas correlatos às políticas distributivas, é viável ao objetivo estabelecido.

Os critérios de exclusão, por sua vez, buscam retirar da análise textos que tratam de temas similares à política distributiva, mas contrários ao seu princípio – o da distribuição de recursos **públicos** a localidades específicas.

O uso do *h-index*⁶ como um critério para seleção de textos na revisão sistemática justifica-se por se tratar de uma medida que aponta para os textos mais citados conjuntamente na comunidade científica. Quanto maior o *h-index*, maior a relevância do conjunto de textos – que, por sua vez, sintetizam a abordagem do problema teórico de pesquisa. O cálculo fornecido pela base indexadora define a média de citação e relevância de artigos e/ou periódicos com base no número de publicações e no número de citações conjuntas. No nosso caso, o *h-index* da literatura brasileira sobre políticas distributivas consistiu em 13, ou seja, dos 55 textos previamente selecionados, os 13 mais citados são aqueles com maior relevância no debate sobre o tema.

Após a leitura dos resumos e uma nova filtragem, foram selecionados os 13 artigos que atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos – houve a exclusão de 4 artigos e outros 38 ficaram sem classificação, não sendo analisados. A Tabela 4 apresenta os textos selecionados e analisados sistematicamente.

TABELA 3 - TEXTOS SELECIONADOS PARA REVISÃO SISTEMÁTICA

	<i>Ano</i>	<i>Título do Artigo</i>	<i>Autoria</i>	<i>Publicação</i>	<i>nº citação colocação na lista da base</i>
1	2002	Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária	Limongi, F. Figueiredo, A. C.	Dados v.45 n.2 Rio de Janeiro	42 2
2	2001	O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a câmara dos deputados	Pereira, C., Rennó, L.	Dados 44(2), pp. 323-362	34 3
3	2003	Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: A conexão eleitoral no Brasil	Pereira, C., Mueller, B.	Dados 46(4), pp. 735-771	29 4
4	1997	Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira	Santos, F.	Dados 40(3), pp. 465-492	28 5

⁶ Cálculo realizado pela base indexadora que considera o número de publicações e o número de citações para estabelecer a média de citação e relevância de um artigo ou periódico. No caso da presente análise, *h-index* 13 significa que dos 55 artigos selecionados, 13 foram citados pelo menos 13 vezes. Fonte: Portal de Periódicos UFSCar. Disponível em <http://www.periodicos.ufscar.br/noticias/como-obter-o-indice-h-de-um-periodico-pela-base-scopus>.

5	2002	Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão	Santos, F.	Dados 45(2), pp. 237-264	23 6
6	1997	Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil	Samuels, D.	Dados 40(3), pp. 493-535	23 7
7	2005	Processo orçamentário e comportamento Legislativo: Emendas individuais, apoio ao executivo e programas de governo	Limongi, F. Figueiredo, A.	Dados 48(4), pp. 737-776	19 8
8	2003	Federalismo e conflitos distributivos: Disputa dos estados por recursos orçamentários federais	Souza, C.	Dados 46(2), pp. 345-384	18 9
9	2004	Política Distributiva na Federação: estratégias eleitorais, barganhas legislativas e coalizões de governo	Arretche, M. Rodden, J.	Dados 47(3), pp. 549-576	17 10
10	2003	O conteúdo da produção legislativa brasileira: Leis nacionais ou políticas paroquiais?	Ricci, P.	Dados 46(4), pp. 699-734	13 13
11	2009	Determinantes do comportamento particularista de legisladores estaduais Brasileiros	de Castro, M.M.M. Anastasia, F. Nunes, F.	Dados 52(4), pp. 961-1001	9 14
12	2009	Partidos políticos e governadores como determinantes do comportamento legislativo na Câmara dos Deputados, 1988-2006	Cheibub, J.A. and Figueiredo, A. and Limongi, F.	Dados 52(2), pp. 263-299	8 15
13	2011	A concentração eleitoral nas eleições paulistas: Medidas e Aplicações	Avelino, G., Biderman, C., da Silva, G.P.	Dados 54(2), pp. 319-347	5 17

FONTE: A autora (2019).

A leitura dos textos em revisões sistemáticas também apresenta critérios metodológicos, explicitados na chamada “Grade de Leitura”. No caso desta pesquisa, a grade de leitura consistiu na:

- a) Identificação dos elementos políticos que norteiam o debate das políticas distributivas na literatura brasileira:
 - i) Sistema político;
 - ii) Questão orçamentária;

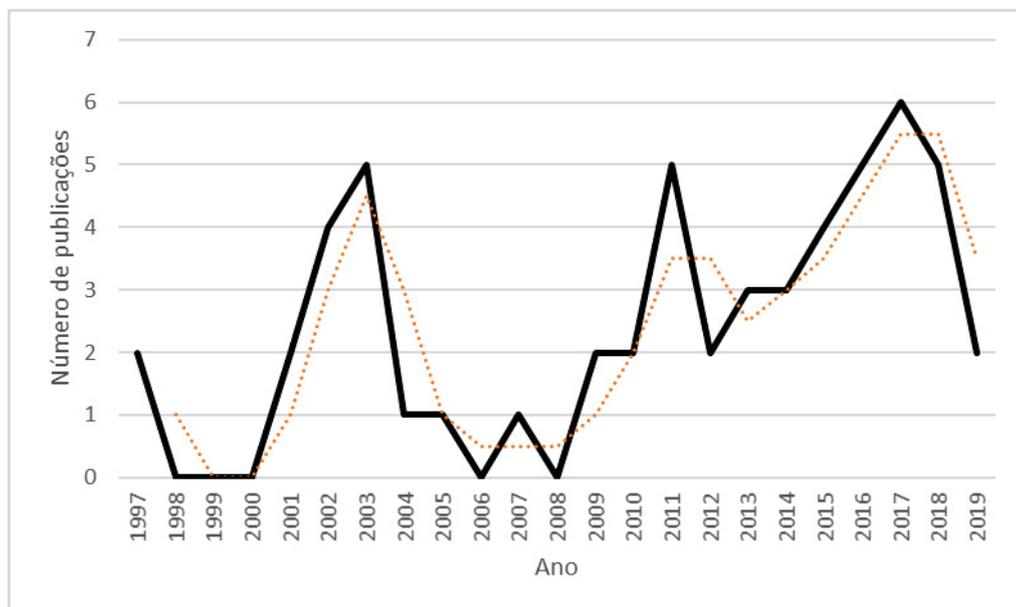
iii) Comportamento legislativo;

A sistematização das informações se deu por meio do estabelecimento de relações entre autores e argumentos teóricos norteadores.

4 POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS: LITERATURA BRASILEIRA EM ANÁLISE

A literatura brasileira sobre políticas distributivas apresentou variações de publicação ao longo do tempo. Na base indexadora analisada, aparece consolidada a partir do ano de 1997, tendo dois ápices de publicação: entre os anos de 2001 e 2003, 2011 e 2017. O ano de 2018 apresentou uma pequena queda em relação ao ano anterior. O ano de 2019 não pode ser analisado por estar em andamento.

GRÁFICO 1 – ARTIGOS SOBRE POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS PUBLICADOS POR ANO NA BASE SCOPUS.



FONTE: A autora (2019) a partir da base *Scopus*.

LEGENDA: Gráfico de linha para identificação das publicações por ano na base Scopus. A linha de cor preta indica o número de publicações em relação ao ano. A linha de cor alaranjada que cruza o gráfico indica a tendência temporal das publicações.

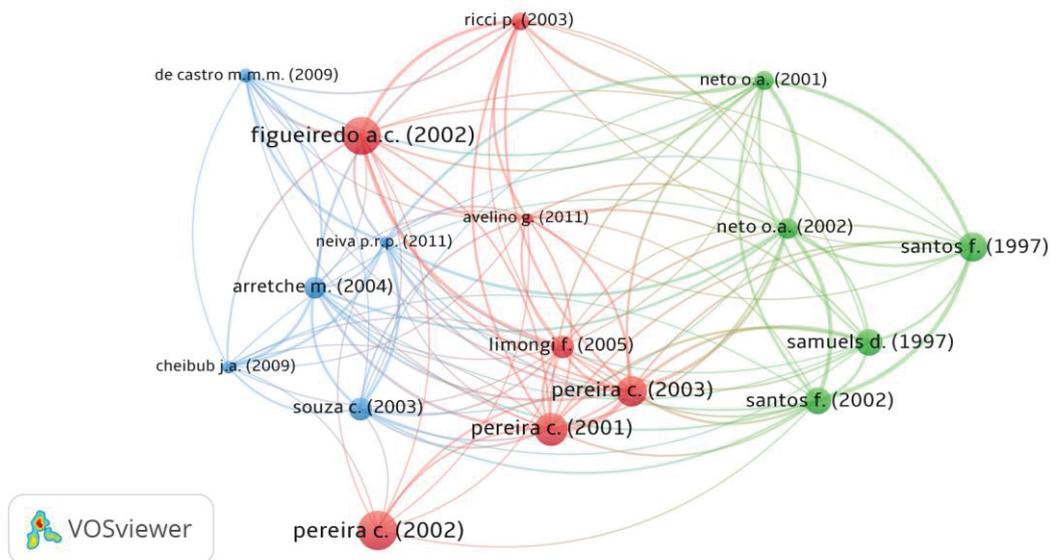
As publicações sobre políticas distributivas apresentaram um padrão de variação, sendo recorrentes em anos específicos, baixas em alguns e ausentes em outros. Os anos com maior publicação foram 2001, 2002 e 2003; 2011 e 2017; os demais anos demonstraram quedas significativas – especialmente entre 1998 e 2000, 2006 e 2008, em que não houve publicações sobre o tema na base indexadora *Scopus*.

A linha de tendência demonstra que, apesar dos anos de baixa ou nula publicação, as publicações sobre o tema tenderam a um aumento. Tal fato fica evidente no ano de 2011 e entre os anos de 2014 e 2017, em que as publicações passaram a ser mais frequentes e não

decreceram. O ano de 2018, entretanto, apresentou uma queda, que pode indicar um retorno ao baixo número de publicações.

Análises de acoplamento bibliográfico, que “possibilita o estudo do desenvolvimento das linhas de pesquisa, permitindo identificar os núcleos de pesquisa, os pesquisadores e os artigos mais importantes em um domínio científico” (GRÁCIO, 2016, p. 86), corroboraram tais resultados. Ao medir o acoplamento bibliográfico entre obras citadas, os resultados apresentaram artigos e autores relevantes cujas publicações, em sua maioria, ocorreram no período temporal de maior publicação na base *Scopus*. Foram identificados três clusters: *Cluster 1*: vermelho – Avelino (2011), Figueiredo (2002), Limongi (2005), Pereira (2001, 2002, 2003), Ricci (2003); *Cluster 2*: verde – Neto (2001, 2002), Samuels (1997), Santos (1997, 2002); *Cluster 3*: azul – Arretche (2004), Cheibub (2009), Castro (2009), Neiva (2011), Souza (2003).

FIGURA 2 - MAPA DE ACOPLAMENTO BIBLIOGRÁFICO ENTRE OBRAS CITADAS NO MÍNIMO 5 VEZES. A REDE É COMPOSTA POR 3 CLUSTERS



FONTE: A autora (2019), a partir da base Scopus e do *software Vosviewer*.

LEGENDA: Mapa de acoplamento bibliográfico entre obras relacionadas a políticas distributivas citadas no mínimo 5 vezes. Tipo de análise: *Bibliographic coupling*; unidade de análise: *documents*; mínimo de citações por documento: 5; método de análise: *full counting*. Quanto maior o círculo, maior a força do artigo. Cores iguais formam 1 cluster e indicam proximidade entre as obras.

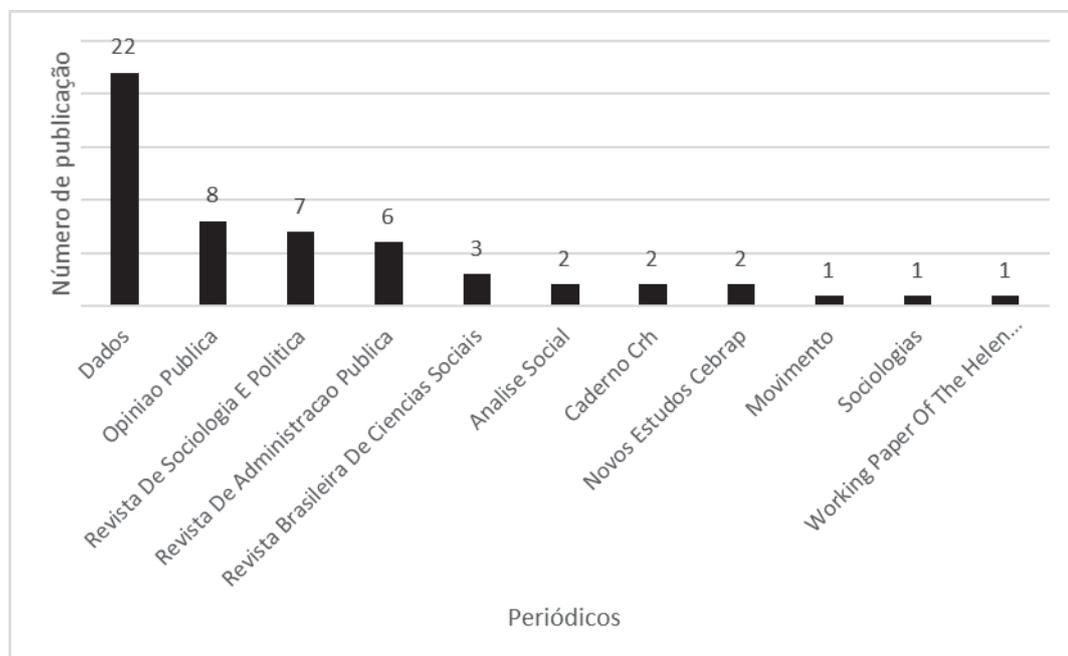
Os *clusters* indicam proximidades teóricas entre obras e autores, o que permite identificar parte da estrutura da literatura brasileira sobre as políticas públicas distributivas. Argelina Figueiredo aparece em destaque e relacionada aos demais textos/autores dos clusters 1 e 2.

Todas as palavras-chave se referem a alguma dimensão do sistema político-eleitoral, sendo que “federalismo” aparece em destaque e conectada com as demais palavras elencadas – indicando a centralidade das relações intergovernamentais na literatura brasileira.

Foram identificados 7 clusters de palavras-chave: *Cluster 1*: vermelho – Brazil, executive branch, legislative behavior, patronage, political parties, Argentina. *Cluster 2*: verde – budget amendments, electoral connection, electoral geography, federalism, fiscal federalism, pork barrel politics; *Cluster 3*: azul – coalition presidentialism, elections, executive-legislative relation, political institutions, social policy; *Cluster 4*: amarelo – clientelism, local politics, political representation, public policies; *Cluster 5*: roxo – electoral competition, parties, presidential elections; *Cluster 6* azul claro – legislative, party system, senate; *Cluster 7*: laranja – distributive policy, electoral strategies.⁷

Outro aspecto relevante se refere à quantidade de publicações por ano – limitada entre seis e sete artigos, e os periódicos em que estão publicadas. Os 55 artigos em análise dividiram-se em 11 periódicos da área de Ciências Sociais – apresentados no Gráfico 2.

GRÁFICO 2 – QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES DE ARTIGOS POR PERIÓDICO INDEXADO NA BASE SCOPUS



FONTE: A autora (2019) a partir da base *Scopus*.

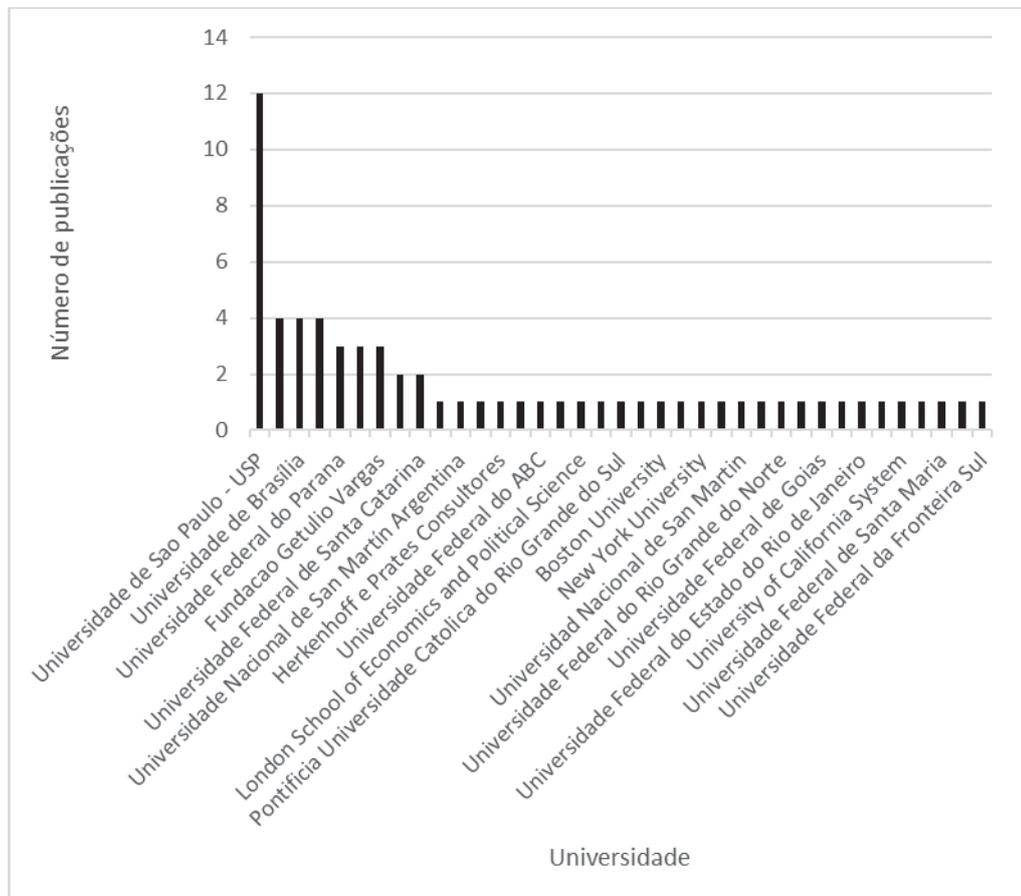
⁷ Algumas palavras-chave citadas não aparecem no mapa da Figura 4 devido à baixa força que possuem em relação às demais – representadas. Neste caso, no Cluster 1 a palavra de menor força foi “political parties”; cluster 2 “electoral connection”; cluster 3 “political institutions”; cluster 4 “political representation”, cluster 5 “presidential elections”; cluster 6 “senate”.

LEGENDA: Gráfico de coluna para identificação do número de publicações por periódicos da área de Ciências Sociais indexados na base Scopus. As colunas mostram o volume de publicações seguidas da quantidade por periódico.

A Revista Dados aparece em destaque, seguida da Revista Opinião Pública, Revista de Sociologia e Política e a Revista de Administração Pública. É importante destacar que, muitas vezes, a literatura sobre políticas distributivas aparece em textos direcionados à conexão eleitoral e *pork barrel*; se considerados estes aspectos, os resultados poderiam ter sido outros. No caso desta pesquisa o interesse está na política distributiva como tipo de política pública, o que traz especificidade aos resultados. Além do mais, muitas publicações sobre políticas distributivas encontram-se em periódicos das áreas de Economia e Administração, fato que justifica e legitima esta pesquisa em analisar a especificidade das Ciências Sociais.

No que tange às universidades cujas pesquisas se direcionam ao tema, a Universidade de São Paulo (USP) aparece em destaque no número de publicações (Figura 4).

GRÁFICO 3 – PUBLICAÇÕES DE ARTIGOS POR UNIVERSIDADE QUE PESQUISA POLÍTICAS PÚBLICAS DISTRIBUTIVAS



FONTE: A autora (2019) a partir da base *Scopus*.

LEGENDA: Gráfico de coluna para identificação do número de publicações por Universidade brasileira. As colunas mostram o volume de publicações por Universidade.

A partir das análises bibliométricas, a revisão sistemática da literatura brasileira sobre políticas distributivas demonstrou que as abordagens conceituais do tema estão orientadas às arenas fundamentais ao sistema político: arena eleitoral e arena legislativa, sendo que o comportamento legislativo nessas arenas é um dos pontos centrais analisados.

Todos os artigos analisados tratam, simultaneamente, três elementos políticos explicativos da política distributiva: o sistema político-eleitoral, o comportamento legislativo e a perspectiva orçamentária. Além disso, baseiam suas discussões nas relações federativas/intergovernamentais, tratando de aspectos relacionados à descentralização: política local, geografia eleitoral e federalismo fiscal. Entretanto, diferentemente de literaturas internacionais, a brasileira não demonstra interesse na definição conceitual desse tipo de política pública, estando mais direcionada à compreensão das políticas distributivas como um dos meios para analisar o sistema político, o presidencialismo de coalizão e o comportamento legislativo.

Grande parte da literatura, sobretudo em Souza (2003), Figueiredo e Limongi (2002, 2005) enfoca questões orçamentárias para compreender a dinâmica distributivista das políticas públicas, corroborando com afirmativas internacionais de que elas apresentam um caráter prioritariamente orçamentário – emendas e alocação de recursos públicos. Fato este que justifica a predominância de artigos com análises empíricas.

Tal como indica o mapa de co-ocorrência de palavras-chave (Figura 4), os elementos políticos que explicam a política distributiva e *pork barrel* na literatura brasileira centram-se nas relações intergovernamentais – expressas pelo sistema federativo – e no funcionamento do sistema político, sobretudo na dimensão eleitoral e legislativa. Assim, essa literatura se divide em duas argumentações: uma de que a configuração do sistema político brasileiro, devido ao forte poder Executivo e centralização decisória no Legislativo torna a ação individual parlamentar irrelevante, sendo a coordenação partidária mais impactante na angariação de votos do que as políticas públicas de distribuição local (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2002; ARRETICHE; RODDEN, 2004; LIMONGI; FIGUEIREDO, 2005; CHEIBUB; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2009); e a de que as políticas distributivas apresentam maior relevância do que a atuação partidária interna ao Legislativo, dado que a arena eleitoral, por meio do personalismo, é que direciona a disciplina partidária (SAMUELS, 1997; PEREIRA; RENNÓ, 2001; PEREIRA; MULLER, 2003).

A vertente partidária sustenta que a prerrogativa do voto pessoal é insuficiente para orientar o comportamento legislativo a projetos distributivos, pois há múltiplos interesses em jogo na esfera decisória que não se limitam à reeleição. Aqui, a arena legislativa é vista como

mais relevante para o jogo do poder político, pois a coordenação parlamentar em relação à dinâmica partidária é que mantém o sucesso eleitoral. Ricci (2003) e Lemos (2001) discutem esse aspecto afirmando que não há prevalência de políticas distributivas no Congresso Nacional.

Por outro lado, a vertente distributiva afirma que o direcionamento de políticas distributivas para distritos eleitorais é mais eficaz no sucesso eleitoral parlamentar, assim como a ocupação de cargos estratégicos no legislativo que permitam o controle sobre o direcionamento de recursos. Aqui, a arena eleitoral é vista como a coordenadora da arena legislativa, orientando o comportamento legislativo e a distribuição de recursos/benefícios a localidades específicas.

No que tange à estrutura conceitual da literatura brasileira sobre política distributiva, notou-se que os textos tomaram diferentes cursos no decorrer do tempo. Artigos publicados até os anos 2000 parecem mais voltados à compreensão do funcionamento político, do presidencialismo de coalizão e da conexão eleitoral. A partir desses anos, a política distributiva torna-se mais evidente enquanto um dos componentes da conexão eleitoral, sendo analisada como meio de orientação da dinâmica eleitoral e legislativa e como uma política pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura brasileira trata a política distributiva como o meio através do qual parlamentares buscam orientar seu comportamento nas arenas eleitoral e legislativa. Especificamente, como o meio pelo qual parlamentares buscam realizar barganhas com seus eleitores na tentativa de angariar votos e garantir reeleição. De acordo com a literatura analisada, não somente a preferência por políticas públicas de caráter distributivo, mas a ocupação de cargos de poder que permitam a atuação direta do (a) parlamentar sobre o direcionamento e alocação de recursos públicos para suas bases eleitorais consistem em elementos relevantes para tais políticas. Assim, as emendas ao orçamento consistiriam nas principais políticas distributivas.

Um aspecto central é o de que a literatura brasileira não apresenta conceitos significativos do que venha a ser uma política distributiva, caracterizando-a apenas como uma política de distribuição de recursos e benefícios localizados com dispersão de seus custos. Quer dizer, não há especificações acerca do conteúdo, tipo e exemplos da política pública distributiva – com exceção de emendas orçamentárias.

Análises bibliométricas apontaram que as publicações acerca do tema possuem um padrão de variação: ausentes em anos específicos, baixas em outros e com picos em outros – que são seguidos de baixa publicação e tendem a retornar para ausência de publicação na base indexadora *Scopus*.

A estrutura dessa literatura apresentou debate significativo no âmbito acadêmico, sendo que no decorrer do tempo autores e autoras buscaram refutar trabalhos uns dos outros tendo em vista sua preferência teórica: arena legislativa ou arena eleitoral. Desta forma, há momentos em que autores em contraposição aparecem citados juntos. O periódico com destaque de publicações foi a Revista Dados.

Em síntese, o debate acerca das políticas distributivas na literatura brasileira baseia-se nas relações políticas que envolvem as arenas eleitoral e legislativa, sendo que as relações federativas e intergovernamentais, o comportamento legislativo e o sistema eleitoral consistem nos principais elementos que norteiam o debate.

Por fim, é importante destacar possíveis limitações acerca dos métodos de pesquisa empregados. Embora a revisão sistemática apresente critérios significativos para dar maior cientificidade à elaboração de revisões de literatura, as bases de indexação de periódicos ainda possuem vieses, geralmente orientados por perspectivas mercadológicas que envolvem a veiculação de publicações.

REFERÊNCIAS

- BALLA, S. J.; LAWRENCE, E. D.; MALTZMAN, F.; SIGELMAN, L. Partisanship, Blame Avoidance, and the Distribution of Legislative Pork. **American Journal of Political Science**, Vol. 46, No. 3 (Jul., 2002), pp. 515-525. Acesso em 22 ago 2019.
- BERRY, C. R.; BURDEN, B. C.; HOWELL, W. G. The President and the Distribution of Federal Spending. **The American Political Science Review**, Vol. 104, No. 4 (November 2010), pp. 783-799.
- BICKERS, Kenneth N.; STEIN, Robert M. The Electoral Dynamics of the Federal Pork Barrel. **American Journal of Political Science**, Vol. 40, No. 4 (Nov., 1996), pp. 1300-1326. Acesso em 22 ago 2019.
- BONETI, Lindomar. **Políticas Públicas por dentro**. 3 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.
- CHEIBUB, José Antônio; PRZEWORSKI, Adam. Democracia, Eleições e Responsabilidade Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 12, nº 35, 1997, pp. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em 03 abr 2017.
- DAHL, Robert. **Análise Política Moderna**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- DIXIT, Avinash; LONDREGAN, John. The Determinants of Success of Special Interests in Redistributive Politics. **The Journal of Politics**, Vol. 58, No. 4 (Nov., 1996), pp. 1132-1155.
- DI GIOVANI, Geraldo. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de Pesquisa n 82, NEPP – UNICAMP**, 2009. Disponível em: <<http://www.nepp.unicamp.br/images/cadernos-e-livros/cadernos-do-nepp/pdfs/caderno82.pdf>> Acesso em 20 nov. 2016.
- DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 57º ed – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: **IPEA**, p. 211-259, 2000.
- GALVÃO, Taís F.; PEREIRA, Maurício G. Revisões Sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 23 (1): 183-184, jan-mar 2014.
- GRÁCIO, M. C. C. Acoplamento bibliográfico e análise de cocitação: revisão teórico-conceitual. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, 21 (47), 82. 2016.
- HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Sociologia da ciência, Bibliometria e Cientometria: contribuições para a análise da produção científica. In: **Anais do Seminário de Epistemologia e Teorias da Educação**, 4., 2012, São Paulo: UNICAMP, 2012.
- KAUCHAKJE, Samira. Políticas Públicas. In: KAUCHAKJE, Samira; SCHEFFER, Sandra M. **Políticas Públicas Sociais: a cidade e a habitação em questão**. Curitiba: InterSaberes, 2017. (Série Políticas Públicas).
- LANCASTER, Thomas D.; PATTERSON, W. David. Comparative Pork Barrel Politics: Perceptions from the West German Bundestag. **Comparative Political Studies**, vol 22, n 4, January, 1990, p. 458-477. Acesso em 22 ago 2019.
- LEMO, Leany B. S. O Congresso Brasileiro e a Distribuição de Benefícios Sociais no Período 1988-1994: uma análise distributivista. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol 44, no 3, 2001, pp. 561 a 605. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582001000300004&script=sci_abstract&tlng=es Acesso em 29 ago 2017.

- LINDBLOM, Charles E. **O Processo de Decisão Política**. 1981.
- LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LIMA, Regina C. M. de. Bibliometria: análise quantitativa da literatura como instrumento de administração em sistemas de informação. **Ci. Inf.**, Brasília, 15 (2): 127-33, jul./dez. 1986. Disponível em: file:///C:/Users/patri/Desktop/SOCIOLOGIA%20POLÍTICA/bibliometria.pdf Acesso em 03 out 2019.
- LOWI, Theodore. American Business, Public Policy, Case-studies, and Political Theory. In: **World Politics**, vol. XVI, 1964.
- MARQUES, Eduardo. As políticas públicas na Ciência Política. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos A. P. (orgs.) **A política pública como campo multidisciplinar**. Editora Unesp e Editora Fiocruz, 2013.
- MARQUES, Eduardo. **As Políticas do Urbano em São Paulo**. Editora Unesp, São Paulo, 2018.
- MAYHEW, D.R. **Congress: The Electoral Connection**. New Haven: Yale University Press, 1974.
- NICOLAU, Jairo. **Sistemas Eleitorais**. 5. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- PROCOPIUCK, Mario. Políticas Públicas. In: **Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública**. Editora 2013.
- RICCI, Paolo. A Medida das Leis: do uso de noções genéricas à mensuração do imponderável. **BIB**, São Paulo, no 54, 2002, pp. 101-123. Disponível em <http://www.anpocs.org/index.php/edicoes-antiores/bib-54/541-a-medida-das-leis-do-uso-de-noco-es-genericas-a-mensuracao-do-imponderavel/file> Acesso em 29 ago 2017.
- RICCI, Paolo. O Conteúdo da Produção Legislativa Brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais? **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol 46, no 4, 2003, pp. 699-734. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582003000400003&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 29 ago 2017.
- RICCI, Paolo. **De Onde Vêm Nossas Leis?** Origem e conteúdo da legislação em perspectiva comparada. 2006. 198 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – USP, São Paulo, 2006.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SILVA, Patrick. O pork barrel no Município de São Paulo: a produção legislativa dos vereadores paulistanos. Texto para Discussão Centro de Estudos da Metrópole. São Paulo: **CEM**, 2011. Disponível em <http://www.fllch.usp.br/centrodametropole/antigo/static/uploads/patrijan.pdf> Acesso em 30 ago 2017.
- SILVA, Evelise Z; KAUCHAKJE, Samira. Divisão de autoridade em Estados unitários e federais e difusão de políticas. **BIB**, São Paulo, n. 85, 1/2018 (publicada em julho de 2018), pp. 27-55.
- Siluo, Y., Yuan, Q., & Yu, Y. (2017). Are Scientometrics, Informetrics, and Bibliometrics different? In **16th International Conference on Scientometrics & Informetrics (ISSI2017)** (pp. 1–12). International Society of Scientometrics and Informetrics Conference. <http://doi.org/10.13140/RG.2.2.22435.50726>.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. Dossiê **Caderno CRH** Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18743/12116>. Acesso em 19 set 2019.
- SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** Vol. 18 n°. 51 fevereiro/2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 19 set 2019.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v.8, n.16. p.20-45. 2006.

STRATMANN, Thomas.; BAUR, Martin. Plurality Rule, Proportional Representation, and the German Bundestag: How Incentives to Pork-Barrel Differ across Electoral Systems. **American Journal of Political Science**, Vol. 46, No. 3 (Jul., 2002), pp. 506-514. Acesso em 22 ago 2019.

TORRENS, Antonio Carlos. Poder legislativo e políticas públicas: uma abordagem preliminar. **Revista de informação legislativa**, v. 50, n. 197, p. 189-204, jan./mar. 2013.

Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496980>. Acesso em abr 2019.

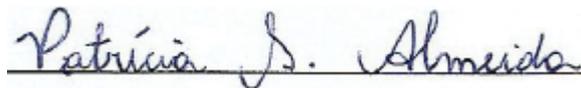
VOLPATO, Gilson L. O método lógico para redação científica. **RECIIS – Rev Eletron de Comun Inf Inov Saúde**. 2015 jan-mar; 9(1). Disponível em

http://www.gilsonvolpato.com.br/new/multimidia/artigos/2_6bfbc0fa7d70897e18b1394d48d3c006.pdf Acesso em 10 mai 2019.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA E RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO

Declaro para os devidos fins que este texto por mim apresentado como monografia, visando a obtenção do Diploma de Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná, atende às seguintes condições: é de minha exclusiva autoria; na produção do referido texto não houve o uso indevido, antiético ou ilegal de trabalhos de outros autores, nem de práticas que possam ser consideradas como plágio; que a responsabilidade pela eventual ocorrência de práticas ilegais e antiéticas é exclusivamente minha; que não houve o auxílio de outras pessoas, remuneradas ou não, exceto, eventualmente, no que diz respeito à normalização ou revisão ortográfica do texto. Por fim, declaro estar ciente de que a eventual comprovação de tais práticas implicará em expulsão imediata deste curso, o que não me exime de outras penalidades previstas em lei.

Curitiba, 30 de outubro de 2019.

A handwritten signature in blue ink that reads "Patrícia S. Almeida". The signature is written in a cursive style and is positioned above a horizontal line.

Patrícia Sene de Almeida